revista CANTAREIRA
criada e matida por alunos da área de **HISTÓRIA DA UFF**
www.historia.uff.br/cantareira

REVISTA CANTAREIRA

http://www.historia.uff.br/cantareira

ISSN 1677–7794

cantareira@historia.uff.br

CANTAREIRA – Revista Eletrônica de História

Volume 2 – Número 3 – Ano 3 – dez. 2005

Editor – Mauro Henrique Barros Amoroso

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF)

Departamento de História

Campus do Gragoatá - Bloco O - 5º andar - Niterói - RJ - Brasil - CEP 24210-350

Telefone: (021) 2629-2919

Os direitos dos artigos publicados nesta edição são propriedade exclusiva dos autores.

Esta obra pode obtida gratuitamente no endereço web da revista. Pode ser reproduzida eletronicamente ou impressa, desde que mantida sua integridade.

Equipe

Editor Responsável

Mauro Amoroso

Editores

Alexandre Camargo

Alexandre Pierezan
Fabrício Freire
Fabrício Motta
Francisco dos Santos Lourenço

Guilherme Moerbeck

Hagaides de Oliveira

Leonardo Arruda

Priscila Aquino Silva

Richard Negreiros de Paula

Editores Correspondentes

Antonio Marcos Myskiw

Erneldo Schallenberger

Maria Thereza David João

Márcio Marchioro

Valdir Gregory

Designer gráfico

Sheila Freire

Ficha Catalográfica

Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História

Volume 2, Número 3, Ano 3, dez. 2005

Disponível em: hhttp://www.historia.uff.br/Cantareira

1. História Geral; 2. Historiografia

Histórias de pescadores: as transformações em uma comunidade caiçara (Vila Barra do Superagüi/ PR, 1989-2005)

Melissa Anze[*]

RESUMO*:* a região de Superagüi, no litoral norte paranaense, abriga o maior remanescente de Mata Atlântica do Brasil e é um dos maiores complexos em biodiversidade do planeta. Com a finalidade de proteger amostras de seus ecossistemas, em 1989, foi criado o Parque Nacional de Superagüi, uma Unidade de Conservação que limita ou proíbe práticas tradicionais das comunidades ali existentes. A partir dessa situação, procuramos discutir as transformações nos modos de vida das populações caiçaras daquela região. Fazendo uso da metodologia de história oral, pudemos perceber que, a partir da implantação do Parque Nacional, ocorreram mudanças em práticas econômicas, sociais e culturais em função das restrições impostas pelas políticas ambientais do Parque.

Palavras-chave: Parque Nacional do Superagüi; Caiçaras; História oral

ABSTRACT: the region of Superagüi, in the north coast of Paraná, shelters the biggest remainder of the Atlantic Forest in Brazil and it's the one of the biggest complexes in biodiversity of the planet. With the purpose to protect samples of its ecosystems, in 1989, it was created the National Park of Superagüi, a unit of conservation that limits or prohibits traditional practices of the communities of the region. By this situation, we tried to discuss the transformations in the way of life of the caiçara populations of that region. Using the methodology of the oral history, we could notice that, after the introduction of the National Park, changes occurred due to the restrictions imposed by the environmental politics of the Park.

Key words: National Park of Superagüi; Caiçaras;Oral history

INTRODUÇÃO

As áreas naturais protegidas – conceito desenvolvido no século XIX, nos Estados Unidos – servem para garantir, minimamente, a preservação de determinados ecossistemas vistos como "intocados" pelo homem. No Brasil, esta concepção de natureza "intocada" não pôde ser integralmente aplicada, porquanto suas florestas são habitadas por diversos grupos humanos seculares, que sempre dependeram de seus recursos naturais.

Em função disso, a legislação brasileira que cria as Unidades de Conservação, sobretudo as de uso restritivo, como os Parques Nacionais, prevê a transferência dos habitantes dessas áreas. A criação de um Parque Nacional também limita e proíbe algumas práticas tradicionais, o que implica em novas relações entre comunidades humanas e natureza[1].

O Parque Nacional do Superagüi, no litoral norte do estado do Paraná, foi criado na onda deste novo conceito de preservação, e pode ser considerado um exemplo de como as imposições inerentes a uma Unidade de Conservação podem incutir mudanças nas práticas sociais, econômicas ou culturais de comunidades ali existentes.

O Parque Nacional do Superagüi foi criado em 1989, com o objetivo específico de "proteger e preservar amostras dos ecossistemas ali existentes, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidade controlada para uso pelo público, educação e pesquisa científica"[2].

O Parque integra a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba e é considerado o maior remanescente de Mata Atlântica do Brasil, bioma que se encontra reduzido a menos de 8% de sua cobertura original. Além disso, é o terceiro maior complexo do planeta em produção primária, ou seja, é área de sustentação alimentar de grande parte da vida marinha. A unidade também é importante por abrigar uma rica gama de espécies de fauna, muitas endêmicas da região e algumas em processo de extinção, como o mico-leão-da-cara-preta **e o raro papagaio-da-cara-roxa.** Enfim, a região é avaliada como uma das áreas críticas para a preservação da biodiversidade global, tendo sido declarada Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, em 1998.

É por esse alto valor ecológico, sobretudo no que significa para a sustentação de biomas, que as 16 comunidades caiçaras que integram o Parque estão vivendo uma intensificação nos seus processos de transformação, principalmente, devido às restrições impostas ao acesso aos recursos naturais. O objetivo deste trabalho, assim, foi o de investigar as transformações ocorridas nas práticas caiçaras após a criação do Parque. Para isso, optou-se em privilegiar uma discussão de como os próprios moradores percebiam esse processo. Ou seja, por intermédio de entrevistas, foram construídas narrativas apoiadas em lembranças dos próprios caiçaras, ao manifestarem suas vivências. [3]

Para embasar a pesquisa, foi importante a leitura de alguns trabalhos sobre caiçaras e suas relações com Unidades de Conservação. Em **Povos e mares**, o cientista social Antonio Carlos Sant'Ana Diegues refere-se às mudanças nas comunidades de pescadores, no Brasil, a partir da desorganização da pesca artesanal e da degradação ambiental, geradas em função, sobretudo, da dinâmica do capital em diversos setores que, de uma forma ou outra, atuam naquelas comunidades, como a pesca em grande escala, a especulação imobiliária e a expansão do turismo. Segundo Diegues, a implantação de parques e reservas ecológicas, de concepção biocêntrica, cria grandes impactos nas comunidades tradicionais em função de limites e proibições impostos, situação agravada pela perspectiva conservadora da administração federal e de alguns órgãos não-governamentais. [4]

Em **Caiçara**, Maria Luiza Marcílio empreende um estudo que reconta a gênese, a evolução e a destruição das populações de agricultores-pescadores pobres do município de Ubatuba, no litoral norte paulista. Marcílio estabelece os padrões demográficos da comunidade caiçara de Ubatuba e, a partir de reconstituições das histórias individuais das famílias, apresenta aspectos da vida cotidiana, da organização social e dos comportamentos daquelas comunidades, utilizando-se da metodologia da história oral. [5]

Em **A proteção ambiental em Guaraqueçaba**, Cristina Frutuoso Teixeira analisa o processo de criação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, na qual está incluída a região de Superagüi. Segundo Teixeira, ocorreram duas fases distintas no processo de criação da APA de

Guaraqueçaba, no que diz respeito a suas implicações sociais. Na primeira, compreendida no período da implantação da proteção ambiental na APA, e que foi conduzida pelos órgãos ambientais federais e estaduais, predominou uma concepção social da pequena agricultura, marcada pela necessidade de um desenvolvimento sócio-econômico local. A segunda fase seria o período da consolidação da proteção, conduzido pelo IBAMA e por ONGs, e na qual prevaleceu uma concepção ambiental do desenvolvimento da pequena agricultura.[6]

Nesta mesma direção, convém destacar o trabalho de Jefferson Marçal Rocha, que analisa os embates existentes entre o desenvolvimento sócio-econômico das populações que vivem na APA de Guaraqueçaba e a preservação de seus recursos naturais. Rocha conclui que há um descompasso entre as demandas dos pequenos agricultores familiares e as ações dos órgãos estatais e organizações não-governamentais que atuam na região, revelando o predomínio dos mecanismos de preservação da natureza em detrimento das questões sociais, econômicas e culturais das populações locais. [7]

AS TRANSFORMAÇÕES NA VILA BARRA DO SUPERAGUI

Dentre as comunidades existentes no Parque Nacional do Superagüi, privilegiou-se a comunidade caiçara da Vila Barra do Superagüi, a maior povoação da Unidade, com cerca de 1.200 habitantes. Foram realizadas seis entrevistas, gravadas em fitas magnéticas, entre os meses de dezembro de 2004 e fevereiro de 2005. Foram entrevistados moradores locais (caiçaras), excluindo-se, portanto, visitantes (mesmo os de visitação freqüente), agentes de órgãos governamentais (IBAMA, IAP, Polícia Florestal) ou não-governamentais (ONGs).

Partindo da compreensão de que pessoas atuantes na vila, que detêm certa influência entre os moradores nos assuntos comunitários, poderiam proporcionar uma perspectiva mais ampla sobre as transformações que a comunidade da vila vinha experimentando nos últimos anos, buscou-se a Associação dos Moradores, visto essa instituição ser uma espécie de “ouvidoria” para os assuntos locais e o principal elo entre a comunidade e as demais instituições que ali atuam, como a Prefeitura de Guaraqueçaba e os órgãos governamentais e não-governamentais.

Considerando que as transformações sociais, econômicas ou culturais estariam ocorrendo em função da implantação da Unidade de Conservação, a Associação dos Moradores deveria servir como um auxiliar da população para a superação das modificações, e de seus eventuais problemas, com relação às práticas caiçaras tradicionais. É plausível, portanto, que participantes da Associação detivessem suficiente conhecimento acerca das práticas tradicionais e de suas transformações, assim como das ações governamentais e não-governamentais ali realizadas.

Inicialmente, foi entrevistado o senhor Nagib França, atual presidente da Associação dos Moradores daquela vila. A intenção desta entrevista foi a de conhecer a história e a atuação da Associação na comunidade, a fim de captar, no decurso do depoimento, assuntos a serem abordados junto a outros entrevistados. A segunda entrevista foi realizada com Denise Correa de Ramos, uma ex-presidente da Associação. Em seu depoimento, ela apresentou aspectos de sua vida, informando sobre sua mobilidade social e espacial, fornecendo pistas acerca de sua percepção das transformações da comunidade. A entrevistada, ao apontar problemas da Vila, ajudou a criar um quadro mais detalhado da comunidade, proporcionando à pesquisa o eixo fundamental para as discussões.

A partir dessas duas entrevistas iniciais, identificamos alguns fenômenos relativamente recentes que estão ocorrendo no cotidiano da população da vila Barra do Superagüi, os quais foram explorados em outras quatro entrevistas. [8] A Associação de Moradores, por sua própria situação, foi tomada como principal referência para a articulação das entrevistas, ou seja, a partir dela buscou-se um encadeamento de lembranças acerca das alterações no modo de vida da população local. Com isso, o conjunto das entrevistas possibilitou identificar as transformações nas práticas caiçaras do lugar, bem como a temporalidade inscrita nestas mudanças.

Para o senhor Nagib França[9], a Associação...

> dessa época para cá, nunca ela foi assim uma associação de colocar as coisas no lugar. Agora eu que estou querendo puxar, né, pedindo uma coisa para um, pedindo uma coisa para outro.

Segundo o atual presidente, a Associação não funciona satisfatoriamente. Porém, ela foi criada para "buscar recursos, coisas de fora, para a melhoria do lugar", como afirma o senhor Natanael Neves da Graça[10], morador da vila e um dos fundadores da Associação.

> (...) com o tempo, o pessoal foi, assim, deixando de buscar. Hoje se busca muito pouco. (...) agora a gente tem água instalada, tem luz elétrica, mas vieram por outros canais, né. (...) Não pela Associação, não pela Associação.

Percebemos que a Associação, desde sua fundação, não consegue exercer sua principal função, que seria a de buscar, para toda a população, melhorias nas diversas áreas, como saúde, educação, infra-estrutura da vila, saneamento básico, assim como ser um apoio para a economia local que pode estar passando por transformações profundas, especialmente após a inclusão da vila no perímetro do Parque.

É interessante indicar que, tanto no depoimento do senhor Nagib quanto no de Denise Ramos[11], após ter sido perguntado sobre a Associação em si – quando surgiu e por que surgiu –, as falas remeteram-se prontamente a problemas relacionados à terra, venda de terrenos e construção de casas de veraneio. A questão da terra sugere um ponto de discussão importante, na medida em que pode ser um problema inerente à implantação do Parque Nacional. Denise afirma ter se candidato à presidência da Associação por temer que o outro candidato, que "era uma pessoa que veio de fora", entrasse na associação "para fazer várias, assim, divisões, para começar a vender as terras". No entanto, no decurso de seu depoimento, quando relata as ações dos outros presidentes, diz que

> o problema deles, trabalhar com a associação era só para resolver problema de terra. Mas na verdade não é isso. A gente tem que reivindicar as coisas, fazer melhorias, tentar melhorar. E eles não. Eles só queriam saber de ficar cuidando da terra. E eu deixei esse negócio de terra. Quando vinham para medir terreno: "Ah, isso não é problema meu, não é problema da associação". (Denise)

O senhor Nagib tem o mesmo raciocínio de Denise, e complementa falando sobre as casas de veraneio que existiam na vila:

> até antes de eu assumir, os outros presidentes não deixavam os turistas entrarem aqui, né. E também, quando o turista queria entrar, eles chamavam o IBAMA para ajudar. (...) Muito turista com casa. (...) Inclusive foi derrubada bastante, umas quatro ou cinco casas aqui. (...) Eu mesmo não me meto muito com a terra (...) O pessoal daqui se envolvia, né, por causa de terreno, por causa daquilo. Eu disse: "Olha, eu não vou me meter com isso, com problemas de terrenos aí entre vocês. Posso fazer uma coisa é chamar o IBAMA para ver com vocês, mas eu não vou me meter". (Nagib)

É perceptível que nas discussões acerca dos problemas fundiários, um outro aspecto se sobressai e, portanto, deve ser paralelamente analisado: a atuação do IBAMA nos assuntos comunitários. Esta análise é importante no sentido de que foi apenas após a fundação do Parque que este órgão governamental deu início a intervenções nas diversas esferas da comunidade, sobretudo aquelas que, de alguma forma, relacionam-se aos impactos ambientais. Buscando averiguar qual a extensão de ação do IBAMA na vila, assim como de outros, como o IAP e a Polícia Florestal, que também foram citados nas entrevistas, e qual a receptividade dos próprios moradores às ações, foi perguntado ao senhor Nagib se ele buscava apoio nesses órgãos.

> Ah, eu sempre procuro eles, né, para fazer um acordo assim... que a gente deve se envolver, mas só que, se eu me envolver, vou criar caso com os outros vizinhos, né? (Nagib)

Sua resposta sugere que, em sua gestão, pelo menos quando se trata de terrenos, é o IBAMA, e não a Associação, que cumpre o papel de mediador nos conflitos de terras.

Quanto à receptividade de órgãos governamentais, em especial o IBAMA, os depoimentos do senhor Nagib e da Denise indicam certa divergência de opiniões. Denise toma uma posição mais concordante com as ações do IBAMA, deixando claro que é o órgão que possui o estatuto da lei e que, portanto, deve ser respeitado. O senhor Nagib prefere não se posicionar: "Mas eu não sou tão a favor e também não tão contra." Cita tanto ações do IBAMA que considera favoráveis, quanto outras, que vê como prejudiciais à comunidade:

> aqui para nós ela não deixa fazer nada, né. Quer dizer que o bem ela não traz, né (risos). (...) Não ajuda em nada, mas o pessoal aqui ele não deixa mexer em nada no mato. Eu, no meu ver, pega mal, né? (...) Mas nesse ponto dos turistas eles dão muito apoio para nós. (...) se ele não fosse, o IBAMA não se envolvesse, isso aqui estava mudado, né? Então eu acho que ia acontecer que nem a Ilha do Mel (...). (Nagib)

É interessante notar a comparação com a situação atual da Ilha do Mel. A Ilha do Mel, hoje, sofre com a especulação imobiliária e com um turismo cada vez mais predatório, além da superpopulação nas temporadas. Tudo isso acarreta em problemas com a destinação de esgoto e lixo. O senhor Nagib refere-se, no trecho citado acima, à especulação imobiliária na vila Barra do Superagüi, combatida pelo IBAMA. Várias casas de veraneio foram destruídas pelo órgão, e a venda de casas e terrenos de pescadores para turistas é terminantemente proibida. Em seu depoimento, o senhor Nagib ainda expressa o seu receio quanto à especulação imobiliária.

> Por exemplo, (...) você vende aquele pedaço de terreno. Daí o cara chega aí, tem dinheiro (...) põe um hotel com cem, cinqüenta, cem quartos, não é verdade? (risos) Ou um restaurante aí (...) na sua pousada não vem ninguém, né? (...) E aí outro chega ali e põe outra; outro chega lá e põe outra. Pronto! O que acontece é que nós vamos carregar mochila para eles! (risos). (Nagib)

A venda de casas e terrenos de pescadores para turistas também é criticada por Denise.

> E a gente sempre falando para eles (para o pessoal da região): “não se desfaçam das coisas de vocês, não deixem chegar gente de fora, pensem no que vocês vão fazer...”. (Denise)

Denise e o senhor Nagib são proprietários de pousadas, fato que possivelmente explica seus temores em relação à especulação imobiliária na região. Ademais, as pousadas existentes na vila podem ser consideradas como atividades complementares, como no caso do senhor Nagib, que também pesca, ou até mesmo substitutas, como no caso da Denise e de seu marido, que deixaram a pesca há oito anos.

Os problemas relativos à construção parecem estender-se por toda a vila. Em todos os depoimentos eles foram citados, seja através de casos ocorridos na vila, seja associando esses problemas à Associação. Essa imediata correlação entre a Associação e os problemas com terrenos e construção corrobora afirmações de Denise e do senhor Nagib quanto a real atuação dessa instituição. Segundo o senhor Natanael, mesmo na época da fundação da Associação, em 1992, ela já se envolvia nas questões de terras e construções.

> aquela época era um tumulto (...) Porque nós tínhamos autorização na época para... não para proibir, né, mas para que as pessoas viessem conversar com a gente (...) para daí então ter uma autorização pela Associação para construir em determinadas... em determinadas áreas, né. E às vezes o pessoal não queria isso. O pessoal da vila mesmo. (Natanael)

O mesmo tom pode ser encontrado no depoimento do senhor Jorvalino Pedro Fernandes[12].

> É, tinha que passar pela Associação, senão como é que... os que não gostavam da Associação então passavam por cima, né. (...) E daí dava confusão, né.

Essas primeiras ações da Associação concorrem, de certa forma, com as políticas do IBAMA, conforme indica a opinião do senhor Valdir dos Santos[13], também morador da vila e ex-presidente da Associação.

> Que até hoje é o IBAMA que se envolve aqui. Construção... se vai construir e não tiver autorização deles daí embarga. É preciso autorização dos homens. Até para reformar. (...) Mas, se for construir e alguém dedar, mesmo morador daqui, eles vêm e embargam.

Os problemas de terra e construção não se limitam apenas às “pessoas de fora”, os próprios moradores estavam inseridos nos conflitos. Ademais, segundo Denise e o senhor Nagib, todos os presidentes anteriores direcionaram suas gestões aos problemas fundiários, o que suscita uma hipótese: a Associação dos Moradores da vila pode ter sido criada em função da necessidade de mediação entre as restrições do IBAMA, vigentes desde a fundação do Parque, e a demanda da própria população. A necessidade de conversar com o pessoal da Associação para poder construir em áreas permitidas, como apontado pelo senhor Natanael, indica essa possibilidade. Os problemas fundiários na vila acabam de trazer em seu bojo um outro ponto de discussão: a presença das categorias "gente de fora" e "nativos", identificáveis no depoimento de Denise:

> Quando é daqui mesmo e o cara não tem seu terreno, o pessoal tem que concordar, porque está precisando, porque ele é nativo daqui ele tem direito a um terreno. Daí a gente colocou assim, tipo uma lei dentro da Associação que a gente tinha que fazer uma votação, entendeu? Quem concordava que a pessoa ficasse com seu terreno. Daí a maioria das pessoas concorda porque é nativo. Mas quando é alguém de fora, já não. Só se o pessoal gostar muito dele. Que nem o Gigante, que é um turista ali, que o pessoal concordou. Que quando ele fez a casa dele aqui, não era Parque. (...) E quando passou a ser Parque, daí já começaram a se envolver com ele. Então ele entrou junto com a Associação. E a Associação junto com o IBAMA achou melhor que ele ficasse (...) Mas assim, ele também está com um problema com o IBAMA, porque ele tinha que só reformar a casa dele e acabou construindo. Mas daí já não entra a Associação, fica entre ele e o IBAMA [grifos nossos]. (Denise)

Além de demonstrar possíveis categorias existentes na fala dos moradores, este trecho é também interessante por reiterar algumas situações existentes no cotidiano da comunidade, como o envolvimento do IBAMA nos assuntos comunitários, muitas vezes a pedido da própria associação, pois esta não tem, como afirma Denise, o poder de embargar uma obra dada como irregular, por exemplo. A ocasião da criação do Parque Nacional também surge como um momento de inflexão nas práticas da comunidade: o que antes era permitido, agora já não se pode mais.

Na leitura das demais transcrições observou-se que as categorias "pessoa de fora" (turista) e nativo ("morador daqui") estão freqüentemente presentes dos depoimentos, confirmando que existem divisões propostas pela própria comunidade para diferenciar seus integrantes, assim como diferentes receptividades a essas pessoas em diferentes épocas. Segundo o senhor Jorvalino, que é de Cananéia e mora na vila há dezesseis anos, a comunidade tem uma boa aceitação dos turistas que possuem casa na vila, concordando com a opinião de Selma Pires Alves[14], nativa da região:

Porque é ruim, também, o pessoal vem de fora, e daí vai fazer uma casa... Que aqui é um lugar pequeno, as pessoas vão casando já nem tem espaço para todo mundo, né. Então eu acho que não deveria mesmo encher de turista, para casa, assim, morar no lugar, aqui não. Eu não concordo com isso. (...) quem ficou é gente boa, assim, sabe. Acho que o povo não tem nada contra.

"Quem ficou" foram os turistas que não tiveram suas casas derrubadas após o ano de 1997. Selma, porém, não concorda com o estabelecimento atual de turistas na vila, embora a entrada de "pessoas de fora" já não era vista com bons olhos desde a época da criação da Associação, pois "pessoas que não eram nativas, então o pessoal geralmente criava um tumulto, assim, para não deixar o pessoal entrar" (Natanael). Essas categorias e as diferenciações que elas contêm marcaram o próprio estatuto da Associação:

E também coloquei uma cláusula no estatuto que pessoas de fora não poderiam fazer comércio aqui, como pousadas, mercearia, mercados, camping. Que seria um negócio do povo. (Valdir)

"Um negócio do povo" refere-se às atividades que devem ser exercidas somente pelos nativos, especialmente aquelas relacionadas ao turismo, confirmando que existe um receio quanto à especulação imobiliária nos terrenos da vila. Tal receio deve-se, principalmente, pela acentuada transformação nas esferas econômica e cultural da comunidade. A indicação nos depoimentos de novas fontes de renda sugere que as atividades relacionadas à pesca estão, aos poucos, sendo complementadas ou até mesmo substituídas, sobretudo pelo turismo.

Outro ponto a ser discutido seria a atuação de organizações não-governamentais na comunidade. Apesar de não terem sido citadas no depoimento do senhor Nagib, as ONGs foram freqüentemente apontadas na entrevista de Denise, o que possibilitou perceber a relação existente entre a associação dos moradores e esses órgãos, pelo menos na época de sua gestão.

Daí as ONGs queriam trabalhar junto, apoiar (...) Porque eram idéias boas que eles tinham (...) eles estão aí e sempre têm dificuldades para eles estarem trabalhando, né, porque nem todo mundo aceita. (Denise)

Percebe-se a existência de dificuldades na relação entre as ONGs e alguns moradores. Conforme o depoimento de Denise, isto se deve às atitudes das ONGs:

> Ficaram de vir na Associação, para fazer tipo um projeto, para trabalhar junto. Mas também marcaram de ir e nós ficamos esperando. Até hoje não apareceram. (...) Então, corta o barato da gente daí, né? A gente se empolga com um monte de idéias, com um monte de coisas, chega na hora de fazer ninguém faz um esforço para fazer. Daí as pessoas passam a desacreditar (...). (Denise)

> Mesma coisa das ONGs aí. O que tem que fazer é cobrar deles também, né? Porque eles fazem pesquisas na comunidade, trabalham bastante com as pessoas daqui. Mas também tem que reivindicar, tem que trazer algum benefício que seja importante. Não é só querer ir atrás de pesquisas, de informações para eles e não reverter nada para a comunidade. (Denise)

Segundo Denise, a ONG que atua na vila é o IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas). Este órgão não-governamental realiza certo número de atividades na comunidade que, conforme Denise, referem-se à educação ambiental com as crianças, aos projetos com ostras e mariscos (maricultura) junto aos pescadores, e aos trabalhos realizados com as mulheres, estes últimos sendo os mais abordados pela depoente por ter sido assídua participante.

As atividades junto às mulheres realizadas pelo IPÊ compreendem os bordados em camisetas com bichos da região ameaçados de extinção (papagaio-da-cara-roxa e mico-leão-da-cara-preta) e a confecção de fantoches também inspirados nestas espécies. Estes trabalhos são recentes, mas muitas mulheres já deixaram os projetos.

> Desistiram. Hoje tem menos porque o IPÊ começou com uma regra, entendeu? (...) E a regra tinha que ser isso, isso e aquilo. Daí já começou a não dar certo. (Denise)

Discutir as atuações das ONGs é imprescindível para compreendermos parte dos vários mecanismos de geração de renda na vila. O pescado não é mais o único responsável pela receita na comunidade, as atividades realizadas pelas ONGs apresentam alternativas de renda à população, indicando, possivelmente, que há uma necessidade de trocar a atividade da pesca por outras. Isto se reflete tanto nas atividades dos homens pescadores, quanto nas das mulheres, que habitualmente trabalham como "descascadeiras" de camarão.

> De descascadeira de camarão é a atividade que a "mulherada" faz, aqui (...) Têm algumas que fazem tipo crochê, tapetes, essas coisas (...) Têm umas mulheres que estão associadas no IPÊ ali. Então elas fazem ali... um negócio do mico-leão (...). (Selma)

Selma aponta uma alternativa de renda da "mulherada" da vila: os trabalhos realizados pela organização não-governamental IPÊ têm sido a escolha de algumas mulheres para complementar a renda familiar. A maricultura, por sua vez, parece não estar atendendo às necessidades dos pescadores.

> Eles têm a maricultura (...) Fizeram uma associação aí, mas está tudo parado também, (...) eu acho que é muito relatório e nada tem sido feito. (...) se você olhar, essas ONGs não trouxeram benefício nenhum, a não ser o IPÊ que... vieram duas mulheres aí numa época do fantoche do mico-leão e do papagaio, que elas ganharam, várias mulheres aí ganharam um bom dinheiro nisso daí. E também, ensinando, estão ensinando até hoje um ou outro artesanato (...). (Valdir)

O IPÊ foi comumente lembrado nos depoimentos. Suas atividades realizadas junto às mulheres da comunidade parecem ser efetivas, não obstante os problemas, apontados por Denise, na relação entre este órgão não-governamental e alguns membros da comunidade.

Percebe-se que a intenção dos projetos realizados pelo IPÊ, mesmo aqueles que não foram concluídos, é criar um novo tipo de geração de renda na comunidade. Isso indica que há uma real necessidade de mudanças nas atividades tradicionais da vila, que seriam a pesca e a limpeza dos pescados para venda, por outras, como as desenvolvidas pela ONG junto às mulheres, por exemplo.

As atividades relacionadas ao turismo estão, no atual momento da vila, revelando-se também como alternativas aos moradores. A venda de pescados já não atende mais à demanda financeira da população, incentivando-os cada vez mais a criar uma infra-estrutura turística que comporte um número crescente de visitantes.

> Ah, agora é mais turismo, né? A Ilha está mexendo mais com turismo. Pousadas, lanchonetes, essas coisas mais. [grifo nosso]. (Selma)

> Pousadas, restaurantes, camping, pessoas que fazem salgados em casa e põem para vender... é uma fonte, estão se virando, né. Mas depender somente dos pescados, hoje em dia o pessoal já teria arrumado as malas e procurado um outro lugar. (Natanael)

A divulgação das belezas e da riqueza biológica da região, intrínseca à criação do Parque Nacional, fomentou a vinda de turistas à Ilha do Superagüi, sobretudo na vila, por sua facilidade de acesso. Isto, de certa forma, também determinou a escolha de novas práticas econômicas e culturais, cada vez mais associadas ao atendimento ao visitante em detrimento da pesca.

Essa urgência na troca de atividades remuneradas pode ter-se dado em função de diversos fatores, mas um foi comumente citado nos depoimentos: a atual baixa na produtividade da pesca. Em sua entrevista, o senhor Nagib, que é pescador, reporta-se a algumas dificuldades enfrentadas pelos pescadores "pequenos", os pescadores da vila.

> Para você ver, nesse tempo aí, mas tinha barco pescando, eles pescam a semana inteira, dia e noite pescando, né. Os barcos deles são grandes e então eles dormem ali e pescam a noite inteira, e os pequenos não. Os pequenos vão ali e quando são duas ou três horas eles estão de volta em casa. E quando eles vão lá, ah, se não tiver os grandes eles (o IBAMA) levam os pequenos, né. Então quem paga o pato sempre são os pequenos (risos). (Nagib)

Este trecho revela a incursão de barcos de grande porte na costa da Ilha do Superagüi, fato que pode estar acelerando os processos de transformação nas tradicionais práticas da população caiçara aí existente, devido, principalmente, à desequilibrada concorrência na quantidade da pesca.

A entrada de grandes embarcações foi igualmente apontada pelo senhor Jorvalino, também pescador:

Diminuindo. (...) Muita embarcação (...) Muito barco perto da costa. Os barcos arrastam muito em terra, os barcos grandes. Daí acaba, matam os filhotes de peixe. Eles não podem produzir. (...) Vêm daí de Guaratuba, vêm lá do Sul, de Santa Catarina, Itajaí. Vêm alguns aqui de Cananéia. (...) É, eles vêm à noite, né, com o luar. (...) O IBAMA, o IAP também não sai de noite. (...) Com aquela rede lá na água só arrastando. E aí vai ficar o que? Que pescaria, que peixe, que camarão que vai ficar? (Jorvalino)

Este trecho indica ainda que, além da entrada dos grandes barcos de arrasto, que depredam um bioma fundamental para a reprodução dos pescados, prejudicando os pescadores 'pequenos', há a ineficiência dos órgãos fiscalizadores (IBAMA e IAP), que acabam por 'liberar' a pesca de arrasto das grandes embarcações em detrimento da pesca em pequena escala dos caiçaras, prejudicando os próprios pescadores.

> Porque tem muito barco, muita rede, e não tem, assim uma... um pessoal para determinar assim que época do ano pode-se pescar tal espécie de peixe (...) o IBAMA não proíbe.(...) E no arrasto do camarão a gente sabe que mata muita criação, muito peixe que está se formando ainda (...) Não tem um controle. Tudo o que não tem controle vem a terminar. (Natanael)

> O IBAMA também, ajudar assim, ajudar não ajuda. Quando querem prender a gente eles vão lá fora e pegam a gente e prendem. Agora, eu já estive preso (...) pelo IBAMA e pela Florestal. (...) Disseram que eu estava fora da linha. (...) E agora estou respondendo um processo, na Justiça Federal, lá. Dois anos faz o processo. (Jorvalino)

O senhor Jorvalino relembra sua experiência de passar da "linha" e, por isso, ser preso. Complementa ainda que essas ações coercitivas dos órgãos governamentais "começaram também no tempo em que eu cheguei aqui", entre 1989 e 1990, época da fundação do Parque e quando uma linha imaginária para delimitação da pesca foi estabelecida.

"A realidade é que a pescaria está diminuindo a cada ano e já não está suprindo a necessidade de quem habita as ilhas" (Valdir). A queda na produção parece ser relativamente recente, como indica o senhor Jorvalino.

> A mudança na pescaria tem muito. (...) Tanto do camarão, do peixe, não tem mais como tinha antes. Uns dez anos, quinze anos atrás tinha pescaria. Agora... acabou tudo. Acabou camarão, peixe. [grifo nosso]. (Jorvalino)

Essa diminuição da produção pesqueira parece estar contribuindo ainda para outras mudanças no modo de vida desta população. Alguns pescadores estão vendendo suas casas na vila, segundo o senhor Valdir; outros, como o próprio senhor Valdir, estão mandando seus filhos para outras cidades, para trabalhar ou estudar.

> A maioria aqui não tem trabalho, né. A profissão é só pesca. (...) Então os jovens aqui de hoje estão se preparando para ir trabalhar fora. Mesmo eu tenho uma menina que está em Ponta Grossa. Ele (apontando para o filho) vai embora para Ivaiporã. (...) A gente não quer separar a família mas a necessidade obriga! (...) Então se tem que começar a mandar os filhos embora para trabalhar e estudar, para ver se eles têm um futuro melhor. (...) Já tem bastante família fazendo isso. A necessidade obriga. (Valdir)

A queda na produção também pode estar mudando a forma de pensar dos caiçaras. A explosão de um navio chileno no porto de Paranaguá, no final do ano de 2004, está sendo encarada, por alguns pescadores da vila, como uma "benção" e não como algo danoso:

> a explosão do navio, quer dizer, foi a desgraça para um e a benção para outros. (...) a pescaria aqui não está suprindo a despesa do pescador. (...) Então o pessoal está vivendo aí das cestas básicas e do salário do desastre ecológico aí que saiu, dois salários para o pessoal. E mais a promessa da indenização, que isso afetou também... o óleo afetou essa área. [grifo nosso]. (Valdir)

> agora deu esse tempo ruim aí, ficou ruim. Estamos mais de mês sem pescar. Ainda nós tivemos sorte por causa desse navio que afundou em Paranaguá (...). Se não fosse isso eu estava passando necessidade. [grifos nossos]. (Jorvalino)

Por fim, um último ponto deve ser discutido: as relações de poder existentes na comunidade. Essas se referem às relações entre a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, os vereadores eleitos pela vila Barra do Superagüi e sua Associação dos Moradores. A discussão dessas relações é bastante pertinente, porquanto se acredita serem elas muitas vezes responsáveis pelas determinações e configurações de certas práticas desenvolvidas na vila. É através da associação dos moradores e dos vereadores em primeira instância, e dos vetos ou liberações do prefeito num último momento, que a comunidade muitas vezes define as práticas sociais, econômicas e culturais de seus integrantes, ou ainda as práticas referentes à qualidade de vida da população, como melhorias na saúde, por exemplo.

Percebe-se que essas relações podem ser também consideradas como conflituosas, principalmente entre a associação dos moradores, de um lado, e a Prefeitura e os vereadores, do outro. Quando, em seu depoimento, Denise relata um projeto desenvolvido pela comunidade em parceria com uma ONG – projeto que visava a coleta do lixo pelos próprios moradores, visto ser o lixo considerado o maior problema na vila segundo uma pesquisa ali realizada –, ela reitera as dificuldades de relação entre a associação dos moradores e a Prefeitura.

> Daí fomos conversar com o prefeito (...) antes de a gente ir lá a gente conversou com os vereadores aqui, com os dois, chamamos eles (...) Eles viram que o maior problema aqui era o lixo, concordaram, que davam o maior apoio, tudo. Mas no fim, lá eles não apareceram. Ficou eu, o prefeito, e a outra moça que foi comigo. Daí ele falou que ia ajudar, mas, até hoje, não ajudou em nada. Então fica difícil, daí. (Denise)

É perceptível a falta de colaboração da Prefeitura, e até mesmo dos vereadores eleitos pela vila, para com a associação dos moradores local. Isso é um ponto relevante a ser discutido, porquanto esse 'descaso' com a Associação pode estar dificultando as propostas de ações para a melhoria da qualidade de vida da população.

Conforme o senhor Valdir, ex-presidente da Associação, as principais barreiras colocadas para suas ações foram de cunho político, confirmando as afirmações de Denise quanto certo 'descaso' dos políticos locais em relação à vila.

> Quando eu fui presidente da Associação, o que eu tentava trazer aqui, o vereador daqui tentava tirar. (...) o que você quer fazer, o prefeito não abre as portas, vereador não ajuda (...) aí ficam difíceis as coisas. (Valdir)

Essas barreiras parecem resultar numa instituição vista como ineficaz pela própria população. “Melhoria aqui é difícil ter, né”, são palavras do senhor Jorvalino, mas podem estender-se à percepção de todos os entrevistados. Tal percepção parece ser bastante plausível, visto que propostas de melhorias na qualidade de vida da população, segundo o senhor Valdir, são vetadas pela Prefeitura.

> Eu consegui o dentista (...) Mas como não foi por intermédio da Prefeitura eles não me liberaram. (Valdir)

Portanto, a Associação dos Moradores acaba por voltar-se integralmente a questões como as da terra e construção, servindo como um mediador entre os órgãos ambientais (IBAMA, Polícia Florestal) e a população local.

CONCLUSÃO: “ANTIGAMENTE PLANTAVAM...”

Como já mencionado, a proposta deste trabalho foi discutir, temporalmente, as transformações que estão ocorrendo e que já ocorreram na vida das populações caiçaras do Parque Nacional do Superagüi. Nos depoimentos analisados, foi perceptível que, a partir de certo momento, algumas práticas antes existentes na comunidade caíram em desuso. Uma dessas seria a derrubada de árvores da mata, para plantar ou para construir casas e barcos.

> Antigamente plantavam. (...)Agora não, agora não tem mais ninguém plantando (...) mas hoje em dia não pode derrubar, não pode plantar então. E talvez seja por isso, né? (Selma)

> na época também a maioria das casas aqui era de madeira e... então houve um tempo que não era Parque, o pessoal tirava madeira (...) E tiravam os guanandis, as árvores maiores, assim, do meio do mato e um aqui, outro lá, e não causava, assim, desmatamento. E era a maneira mais simples e mais barata do pessoal construir. E ficavam as casinhas bonitinhas, bem feitinhas. (Valdir)

A derrubada de árvores era uma prática tradicional dos caiçaras. Sabe-se que na Ilha de Superagüi, a agricultura familiar foi uma atividade freqüente, que foi abandonada talvez em função das restrições impostas pelas políticas ambientais da implantação do Parque Nacional do Superagüi, em 1989, como sugeriu Selma. A construção de casas com madeira oriunda da própria região era, igualmente, uma prática comum, e Valdir também sugere que a criação do Parque determinou uma mudança nessa prática.

No “tempo que não era Parque”, outra prática que parecia ser freqüente era a instalação na vila de pessoas não nativas da região. O conjunto de entrevistados nos aponta essa situação: Jorvalino, Natanael e Valdir vieram de outras regiões, cada qual com seus motivos, e parece terem construído suas casas sem dificuldades, o que é confirmado pelo senhor Jorvalino.

> Quando eu construí aqui não tinha esse negócio... não era Parque ainda. Não era tão exigente assim como é agora. (...) Para fazer casa tem que ter autorização agora do IBAMA, aí. Para você arrumar a casa, (...) mexer no barraco aí tem que tirar a ordem, tem que tirar a autorização deles lá senão não faz. (Jorvalino)

Juntamente com a recordação do passado, vem à tona a percepção da realidade presente. O agora parece ser um período iniciado a partir da criação do Parque, momento no qual as exigências e restrições do órgão por ele responsável fazem-se sentir pelos moradores, como corrobora a experiência do senhor Jorvalino quando pretendeu arrumar sua casa. Assim, lembranças, desabafos, sorrisos, risos e silêncios, expressões do que se queriam fazer ouvir, tornaram possível contar histórias de pescadores, do caiçara que “não sabe como vai fazer para que essa história de pescador se prolongue por muitos anos...”. (Natanael)

---

[*] Graduanda em História pela UFPR e bolsista do PET-História UFPR

[1] Antonio Carlos Sant'Ana Diegues, *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima,* São Paulo, NUPAUB-USP, 1995.

[2] PARQUE NACIONAL DO SUPERAGÜI. **www2.ibama.gov.br/unidades/parques/reuc/69.htm.**

[3] Se há contemporaneidade entre pesquisador e depoente, há também, por outro lado, uma extensão temporal entre a ação relatada e o testemunho, distância que será reconstruída pelo entrevistado no momento da entrevista através do incessante trabalho da memória. Ver Robert Frank, "Questões para as fontes do presente", *Questões para a história do presente,* Bauru, EDUSC, 1989, p. 107. Aponte-se também que, conforme Diana G. Vidal, quando se tenta recuperar o vivido, há, na verdade, uma reelaboração do que se viveu: a memória vai operar uma seleção das ações passadas em função do presente, pois "é com os olhos do presente que vemos o passado" . Ver Diana Gonçalves Vidal, "De Heródoto ao gravador: histórias da história oral", *Resgate*, nº 1, 1990, p. 82. Nesse sentido, Marieta de Moraes Ferreira afirma que reconsiderações e desculpabilização de certas ações e atitudes serão praticamente inevitáveis no decurso do depoimento. Marieta de Moraes Ferreira, "História oral: um inventário das diferenças", *Entrevistas: abordagens e usos da História oral,* Rio de Janeiro, Editora da FUG, 1994. p. 08.

[4] Antonio Carlos Sant'Ana Diegues, *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima,* São Paulo, NUPAUB-USP, 1995.

[5] Maria Luiza Marcílio, *Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*, São Paulo, Paulinas – CEDHAL, 1986.

[6] Cristina Frutuoso Teixeira, *A proteção ambiental em Guaraqueçaba: uma construção social*, Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2004.

[7] Jefferson Marçal Rocha, *A sustentabilidade desfocada: as lógicas das políticas de desenvolvimento rural para Áreas de Proteção Ambiental – o caso de Guaraqueçaba*, Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2004.

[8] Foram realizadas a trajetória de vida dos entrevistados. Segundo Antonio C. A. Santos, as trajetórias de vida, à medida que nos permitem compreender a mobilidade social e espacial de cada entrevistado, possibilitam-nos conhecer atitudes e expectativas de cada sujeito em relação às transformações vivenciadas. Antonio César de Almeida Santos, *Memórias e cidade: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)*, Curitiba, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, 1993, p. 55.

[9] Nagib França, *Entrevista concedida em 21 de dezembro de 2004,* Vila Barra do Superagüi, 2004. O senhor Nagib foi a primeira pessoa entrevistada. É o atual presidente da associação dos moradores. É pescador e mantém uma pequena pousada na vila.

[10] Natanael Neves da Graça, *Entrevista concedida em 04 de fevereiro de 2005,* Vila Barra do Superagüi, 2005. O senhor Natanael foi a terceira pessoa a ser entrevistada. Não é nativo da região, mas mora há, mais ou menos, trinta e dois anos na vila. Trabalha como assistente de campo no IPÊ. Além disso, o senhor Natanael foi, segundo seu depoimento, participante da Associação dos Moradores desde seu início: foi tesoureiro na primeira gestão e secretário em outras duas.

[11] Denise Correa de Ramos, *Entrevista concedida em 22 de dezembro de 2004,* Vila Barra do Superagüi, 2004. Denise foi a segunda pessoa entrevistada. Nativa da Vila Barra do Superagüi, foi eleita presidente da Associação dos Moradores em 2000. É proprietária, juntamente com seu marido, Waldeir da Silva Teixeira, que também foi presidente da Associação dos Moradores, de uma pousada na vila há oito anos; anteriormente, viviam da pesca. Em 2004, foi candidata a vereadora, porém não se elegeu. É também filha do fiscal do IBAMA que atua no Parque.

[12] Jorvalino Pedro Fernandes, *Entrevista concedida em 04 de fevereiro de 2005,* Vila Barra do Superagüi, 2005. O senhor Jorvalino foi a quarta pessoa a ser entrevistada. Ele é da Cananéia, São Paulo, e está na vila há dezesseis anos. É pescador e transferiu-se para a ilha do Superagüi por considerar que aí a abundância de peixe e camarão é maior que em sua região natal.

[13] Valdir dos Santos, *Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2005*, Vila Barra do Superagüi, 2005. O senhor Valdir foi a quinta pessoa a ser entrevistada. Foi presidente da Associação dos Moradores no ano de 1996, entretanto não concluiu os dois anos de mandato. É pastor da Igreja Assembléia de Deus e pescador. Veio de Ivaiporã, norte do Paraná, e mora há vinte e três anos na vila Barra do Superagüi.

[14] Selma Pires Alves, *Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2005*, Vila Barra do Superagüi, 2005. Selma foi a sexta pessoa a ser entrevistada. Selma é nativa da vila Barra do Superagüi e é proprietária de uma padaria. Seu marido – César Alves – possui um barco com o qual faz travessias de moradores e turistas até Paranaguá e de Paranaguá para a vila. A escolha desta entrevistada foi proposital – achou-se importante entrevistar mais uma mulher da vila, visto as atividades realizadas pelas mulheres serem diferentes das realizadas pelos homens, resultando em práticas sociais e econômicas também diferenciadas. Essas práticas, por sua vez, resultam em perspectivas distintas acerca das alterações no modo de vida da população, enriquecendo a discussão acerca dessas mudanças.

DEPOIMENTOS:

Denise Correa de Ramos. Entrevista concedida em 22 de dezembro de 2004, Vila Barra do Superagüi, 2004.

Jorvalino Pedro Fernandes. Entrevista concedida em 04 de fevereiro de 2005, Vila Barra do Superagüi, 2005.

Nagib França. Entrevista concedida em 21 de dezembro de 2004, Vila Barra do Superagüi, 2004.

Natanael Neves da Graça. Entrevista concedida em 04 de fevereiro de 2005, Vila Barra do Superagüi, 2005.

Selma Pires Alves. Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2005, Vila Barra do Superagüi, 2005.

Valdir dos Santos. Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2005, Vila Barra do Superagüi, 2005.

FONTES:

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Documentos de tombamento da Ilha Superagüi 15 – 1, Curitiba, 1985.

PARQUE NACIONAL DO SUPERAGÜI. www2.ibama.gov.br/unidades/parques/reuc/69.htm.

BIBLIOGRAFIA:

BOUTIN, Leônidas. Superagüi, Curitiba.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima, São Paulo, NUPAUB-USP, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. "História Oral: um inventário das diferenças". In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). Entrevistas: abordagens e usos da História Oral, Rio de Janeiro, Editora da FUG, 1994.

FRANK, Robert. "Questões para as fontes do presente". In CHAUVEAU & TÉTARD (orgs.) Questões para a história do presente, Bauru, EDUSC, 1989.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. Dicionário histórico e geográfico do Paraná, Curitiba, Instituto histórico, geográfico e etnográfico Paranaense, 1994.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, São Paulo, Paulinas – CEDHAL, 1986.

MARTINS, Romário. História do Paraná, Curitiba, Coleção Farol do Saber, 1995.

ROCHA, Jefferson Marçal. A sustentabilidade desfocada: as lógicas das políticas de desenvolvimento rural para Áreas de Proteção Ambiental – o caso de Guaraqueçaba. Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2004.

SANTOS, Antonio César de Almeida. Curitiba: uma aproximação ao método da história oral, Texto apresentado ao Seminário de História Urbana, no curso de Mestrado em História, UFPR, 1994.

SANTOS, Antonio César de Almeida. Memórias e cidade: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990), Curitiba, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, 1993.

TEIXEIRA, Cristina Frutuoso. A proteção ambiental em Guaraqueçaba: uma construção social. Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2004.

PERIÓDICOS

FERREIRA, Marieta de Moraes. "História do tempo presente: desafios", *Cultura Vozes*, Vol. 94, nº 3, Petrópolis, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves. "De Heródoto ao gravador: Histórias da história oral", *Resgate*, nº 1, São Paulo, 1990.